

NOMEAR E (RE)CATEGORIZAR: O PAPEL DO NOME PRÓPRIO NA REFERENCIAÇÃO

DESIGNATING AND (RE)CATEGORIZING: THE FUNCTION OF THE PROPER NAME IN REFERENCIATION

Livia Maria Turra Bassetto*

RESUMO

Na perspectiva teórica da Linguística Textual de linha sócio-cognitivo-interacionista, a referencição é vista como processo de construção referencial dada no interior do discurso e, portanto, o referente é considerado como objeto-de-discurso, sem relação especular com o objeto-de-mundo. Assim, a (re)construção do referente se dá discursivamente a partir da interação verbal em função dos propósitos comunicativos dos interlocutores. Para a construção sociocultural e interativa do referente, os trabalhos realizados na área têm destacado as estratégias de referencição e suas funções discursivas, porém pouco se tem discutido sobre o emprego de nomes próprios. Partindo da ideia de que o nome próprio assume papel importante na (re)construção referencial, este trabalho, fruto da tese de doutorado (BASSETTO, 2015), propõe-se a apresentar o funcionamento de nomes próprios, empregados em diferentes contextos de interação verbal, como estratégia de construção referencial, considerando-os não apenas com função designativa, mas também atributiva. Desse modo, defende-se a relevância do nome próprio na (re)categorização referencial e, para demonstrar esse ponto de vista, foram selecionados alguns fragmentos de textos jornalísticos, evidenciando algumas particularidades dos usos de nomes próprios nessas situações discursivas. Com o trabalho, ressalta-se a necessidade de que os nomes próprios sejam considerados em análises realizadas pelo viés da Referencição.

Palavras-chave: Referencição; nome próprio; (re)categorização.

ABSTRACT

On the theoretical perspective of Textual Linguistics of socio-cognitive-interactionist base line, the referenciation is seen as a process of referential construction that occurs in the discourse and, therefore, the referent has been considered "object of discourse", without specular relation with the "object-of-world". So, its construction occurs discursively whereof the verbal interaction in the function of the verbal interlocutors' communicative purposes. To the social-cultural and

* Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Ibilce) e professora da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA). liviamtb@hotmail.com

interactive construction of referent, the studies realized on this area have emphasize the strategies of referenciation and its discursive functions, but they have discussed so little about the use of proper names. Considering that the proper name assumes important function on the referential (re)construction, this work, fruit of the thesis of doctorate degree (BASSETTO, 2015), aims to present the functioning of proper names used in different contexts of verbal interaction, as strategies of referential construction, not only with designative function, but also attributive one. Therefore, this work defends the relevance of proper name on the referential (re)categorization and, to demonstrate this point of view, some fragments of journalistic texts are selected, emphasizing some particularities of the use of proper names in these discursive situations. So, this work evidences the necessity of considering the proper names in analysis realized by the perspective of Referenciation.

Keywords: *Referenciation; proper names; (re)categorization.*

INTRODUÇÃO

O estudo de nomes próprios tem sido realizado e sua questão discutida desde Platão, com *Crátilo: sobre a justeza dos nomes* (2001, [428? – 347? a.C]), havendo, no decorrer do tempo, variados trabalhos a respeito, cada qual com uma perspectiva própria. Entretanto, uma concepção que se tem consagrado, principalmente na tradição gramatical, é a de função designativa do nome próprio, para a qual este traz apenas uma nomeação individual instituída socialmente, não contando com uma significação específica¹ e, portanto, não atribuindo características ao ser nomeado.

Sobre essa noção de nomeação individual promovida pelo nome próprio, pode-se resgatar a ideia apresentada frequentemente pela gramática tradicional, para a qual o:

SUBSTANTIVO PRÓPRIO é o que se aplica a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente. Isto significa que o substantivo próprio se aplica a esse objeto ou a esse conjunto de objetos, considerando-os como indivíduos. Assim, um nome *João*, *Isabel* ou *Açores* só acidentalmente se aplicará a várias pessoas ou ilhas não porque estas apresentam características comuns que as identificam como membro de uma classe ou conjunto específico. Por isso cada *João*, cada *Isabel* e cada *Açores* é uma pessoa ou ilha considerada inconfundível para as demais. São materialmente idênticos, mas se aplicam a indivíduos diferentes (BECHARA, 2004, p. 113).

Encontram-se também, ainda nessa concepção designativa do nome próprio, alguns estudos de base funcionalista, representados aqui por Neves (2000), que consideram que os nomes próprios não carregam em si atributos e, conseqüentemente, não promovem a caracterização de seus referentes. Quando o nome próprio é empregado com a função de atribuir características ao referente, considera-se que ele passa à condição de nome comum, sendo utilizado, muitas vezes, com inicial minúscula – característica formal do nome comum.

¹ Isso não significa que não seja possível estudar a origem, a evolução dos nomes e seus diferentes processos de atribuição a um indivíduo, em muitos casos, motivada pelo sentido de um nome comum, como destacou Amaral (2011).

Essa perspectiva, tão arraigada nos estudos linguísticos, acaba por influenciar também os estudos na área da referenciação. Assim, a função designativa do nome próprio também se fez (ou ainda se faz) presente na Referenciação, que considera o nome próprio como recurso utilizado na introdução e retomada de referentes, porém não com função categorizadora e/ou recategorizadora.

Neste trabalho, no entanto, não se considera a oposição *nome próprio – designativo X nome comum – atributivo*, até mesmo porque é sabido que, segundo a tradição gramatical, a função designativa recobre os substantivos, sejam eles próprios ou comuns. Por isso, além do papel designativo dos nomes próprios, defende-se que estes funcionam discursivamente, em diferentes contextos de interação verbal, como estratégia de construção referencial, podendo, desse modo, mais do que nomear o referente, também (re)categorizá-lo.

Para demonstrar esse posicionamento acerca de nomes próprios, este trabalho será organizado da seguinte forma: inicialmente, será apresentada a fundamentação teórica sobre Referenciação; na sequência, será discutida a questão dos nomes próprios; posteriormente, será realizada a análise de alguns fragmentos de textos, demonstrando o papel dos próprios nesses contextos de interação verbal, com destaque para textos jornalísticos; e, por fim, apresentam-se as considerações finais acerca do funcionamento de nomes próprios na referenciação.

1 REFERENCIAÇÃO

Na perspectiva assumida pela Linguística Textual de linha sócio-cognitivo-interacionista, a concepção de referência, não mais tida como a tradicional relação entre linguagem e mundo, denominada de relação de espelhamento, passa a ser vista como uma atividade de construção de referentes realizada no interior do discurso em situação de comunicação. Ou seja, ao se empregar a linguagem para a produção de discursos, os sujeitos assumem papéis sociais, dependendo de cada situação comunicativa, (inter)agindo por meio da linguagem, de modo que construam o universo discursivo em colaboração com o outro. Portanto, para o processo de referenciação, a interação é atividade fundamental, uma vez que a construção referencial só pode ser efetivada por meio da negociação de sentido entre os sujeitos no ato de comunicação.

Diante dessa visão, o texto é o lugar de interação, por meio do qual os sujeitos, como construtores sociais, dialogicamente constroem o texto e por ele são construídos. Esse processo requer, além dos conhecimentos linguísticos, a mobilização de um vasto conjunto de saberes, que permitam a própria construção discursiva, na qual os sujeitos, atores desse processo, interagem.

A partir dessa concepção sociocognitiva e interacional de linguagem e texto, prefere-se optar pelo termo *referenciação* em vez de *referência*, evidenciando-se, assim, a construção referencial como um processo dinâmico que envolve sujeitos atuantes na interação verbal. Assim, entende-se que a construção dos referentes (estes considerados como objetos-de-discurso e não como objetos-de-mundo) se dá pelo autor do discurso na relação que este estabelece com seu interlocutor por meio da linguagem – esta vista como a interação entre a estrutura linguística e a ideia de construção sociocultural do referente a partir da práxis.

Dessa forma, o referente passa a ser visto como a realidade interpretada e transformada em referência, a partir da prática social, mantendo a linguagem, desse modo, relação com o social e o culturalmente construído. Além disso, a teoria sócio-cognitivo-interacionista, como o próprio nome diz, além de considerar a estrutura e a prática social como elementos integrantes da linguagem, assume que essas práticas sociocognitivas, realizadas no discurso, ocorrem no intermédio entre os indivíduos em situação de interação comunicativa, isto é, a construção dos objetos enunciados pelo autor do discurso envolve o social, o cognitivo e o interativo.

Nessa perspectiva, o processo de referenciação é intersubjetivo e social, de modo que as elaborações do mundo se deem a partir de condições sociais e culturais que envolvem os sujeitos no processo de interlocução. Reforçando essa noção de referência, como constructo sociocultural e não como relação direta entre linguagem e realidade extralinguística, Marcuschi e Koch (2006, p. 381) destacam que:

Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Nosso cérebro não é uma “polaróide semântica”. Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Por isso, não postulamos também uma reelaboração subjetiva, individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições do processamento decorrentes do uso da língua.

Ou seja, os objetos em construção não são apenas expressos objetivamente por todos os sujeitos em qualquer situação de interação. Ao contrário, a linguagem reelabora o real, de modo que os objetos sejam considerados instáveis, visto que sua construção está relacionada a fatores linguísticos, cognitivos, sociais e culturais. Portanto, como a construção referencial é dada por meio de um processo que envolve o social, o cognitivo e o interativo, os referentes se encontram em constante transformação, de acordo com os propósitos comunicativos do autor do discurso.

As transformações ocorridas na construção referencial são decorrentes de um processo estratégico do sujeito, que opera na materialidade linguística, realizando escolhas que sejam apropriadas ao seu projeto de dizer, transformando o referente a fim de alcançar seu objetivo discursivo. Como a construção referencial é dinâmica, uma vez introduzido, o referente pode ser modificado, desativado, reativado, recategorizado, contribuindo, assim, para a construção do sentido no texto, em função dos propósitos interacionais acionados no evento comunicativo.

É preciso ressaltar, entretanto, que, por ser a referenciação um processo social e cognitivo, existem condições sociais, culturais, contextuais e mesmo linguísticas que devem ser consideradas no processo de enunciação, já que a construção de referentes não pode ser considerada um processo livre, subjetivo e individual.²

Em relação à instabilidade referencial, esta está relacionada às mudanças sofridas pelo referente no decorrer do discurso, a partir das seleções lexicais realizadas pelo locutor com base em seus propósitos comunicativos, já que as opções se adequam à negociação de sentidos entre os interlocutores. Tais seleções lexicais são realizadas com o papel de introduzir, retomar e qualificar o referente a partir de um ponto de vista, pois, a cada categorização ou recategorização do referente, o sujeito opera no material linguístico de modo a imprimir uma perspectiva sobre o referente, com vistas à sua finalidade discursiva.

Além disso, fatores sociais e culturais também podem promover a instabilidade das categorias, visto que as categorias estão situadas tanto em práticas dependentes dos processos enunciativos, como em práticas do sujeito, nas quais os interlocutores “negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 29).

Portanto, a instabilidade das categorias se pauta tanto pela questão da dependência dessas em relação ao contexto, de acordo com a situação enunciativa e com os propósitos comunicativos

² A esse respeito, encontra-se, no artigo “Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação”, de Mondada e Dubois (2003), uma apresentação dos processos de estabilização categorial.

do locutor, como pela relação com as questões sociais, culturais e linguísticas que podem levar à escolha de determinadas categorias em um contexto e não em outro, devido aos sentidos evocados por determinadas palavras em algumas situações, incluindo, no ponto de vista deste trabalho, a seleção (ou não) do nome próprio.

Ademais, os objetos-de-discurso também sofrem modificações durante o processamento discursivo. A respeito dessas modificações, é preciso destacar o que se denomina *recategorização*, uma das funções das estratégias de progressão referencial, de grande importância para este trabalho, justamente por se buscar demonstrar como, em algumas situações de uso, os nomes próprios podem exercer tal função.

Uma das definições que tem se destacado na área da referenciação é a apresentada por Apothéoz e Reichler-Béguelin (1995), segundo a qual, a recategorização é um recurso referencial pelo qual uma entidade já introduzida no universo do discurso sofre transformações que são perceptíveis pelo emprego de expressões referenciais renomeadoras. Em outras palavras, para esses autores, a recategorização é o processo a partir do qual se têm alterações em relação às categorias ou designações dos objetos-de-discurso realizadas a partir dos propósitos interacionais, sendo essas alterações não só linguísticas, mas também sociocognitivas.

Diante desse ponto de vista, a instauração de uma categoria implica o emprego de expressões nominais – compostas por substantivos comuns – para a referenciação, uma vez que se considera que a categorização e, conseqüentemente, a recategorização requerem o uso de expressões nominais que atribuem ao referente em construção características consideradas relevantes no processo interativo. Assim, a categorização e a recategorização são vistas, respectivamente, como nomeação e renomeação dos referentes.

Neste trabalho, entretanto, considera-se a recategorização como um processo mais amplo de construção referencial, por isso abordando, além das expressões referenciais, o papel da predicação nas atribuições de características ao referente e nas conseqüentes transformações sofridas por ele. Com isso, passa-se a ideia de que o referente, introduzido no discurso por meio de uma categorização, possa sofrer modificações tanto pelo emprego de uma nova categoria atribuída a ele, quanto por meio de atribuições de novas propriedades a partir da predicação ou mesmo do jogo de instauração de referentes.³

Acredita-se, portanto, que a recategorização referencial pode ser realizada, com base nas relações anafóricas que promovem a progressão referencial, pelas estratégias com base nominal, mas também pelas associações promovidas pelo locutor entre os referentes e pelas estratégias no âmbito da predicação, podendo o referente sofrer transformações a partir da atribuição, retirada ou confirmação de propriedades por meio de predicados, tanto nominais, verbais, quanto verbo-nominais.

A respeito dessa concepção, encontra-se um artigo de Jaguaribe (2004), pesquisadora do *Grupo Protexoto*, no qual a autora discorre acerca das orações de predicado nominal como recurso expressivo para a construção do referente. Nesse artigo, observa-se uma visão mais ampla do processo de recategorização, como se nota nas palavras da autora:

Postulamos, aqui, que as recategorizações possam se dar, no texto literário e no texto não-literário, não só pelo emprego de expressões referenciais, como

³ O que se tem denominado, neste trabalho, como “jogo de instauração de referentes” é uma estratégia de construção referencial, não prevista na literatura sobre referenciação, apresentada em Bassetto (2008). Por meio dessa estratégia, estabelece-se a associação de características implícitas ou explícitas entre diferentes objetos-de-discurso, postos estes em semelhança ou dessemelhança, dependendo do discurso do qual o autor se vale.

sugere a literatura sobre o assunto, mas também pelo emprego de expressões atributivas. A recategorização, como processo, não estaria circunscrita aos lindes das expressões referenciais, muito embora se realize bastante por essa estratégia textualizadora. Referido um objeto-do-mundo e transformado esse objeto em objeto-de-discurso, tudo o que se acrescentar sobre ele e o que se suprimir dele, quer seja por um elemento referencial, quer seja por uma expressão atributiva, alterará seu estatuto no discurso, interferirá na maneira como ele será trabalhado cognitivamente pelo interlocutor, devendo ser tratado, portanto, como um processo de recategorização (JAGUARIBE, 2004).

A ampliação do conceito de recategorização, por levar em conta o processo de construção referencial como um mecanismo mais abrangente do que o emprego de estratégias de introdução e progressão referencial, é de extrema relevância para se pensar a respeito dos nomes próprios como recurso categorizador e recategorizador, até mesmo porque nem sempre eles são utilizados para a progressão referencial, podendo aparecer em diferentes estruturas textuais e relacionar-se ao referente em construção de modo a atribuir-lhe características. Além disso, destaca-se a importância da inferência nesse processo de recategorização a partir de nomes próprios, uma vez que as características nem sempre estão explicitamente apresentadas, mas podem ser subentendidas a partir do contexto.

Assim, considera-se que os processos de categorização e recategorização não são promovidos apenas por meio de expressões nominais cujo núcleo é o substantivo comum, mas também por meio de nomes próprios. Logo, nessa perspectiva, acredita-se ser necessária a inclusão dos nomes próprios entre as estratégias de referenciação, entre as quais estão as mais comumente apresentadas por estudiosos da área: a descrição definida; a descrição indefinida; a nominalização; a associação; e a pronominalização.

2 A QUESTÃO DO NOME PRÓPRIO

Como já exposto, ainda se faz presente, nos estudos realizados na área da Referenciação, a visão acerca do nome próprio apenas em função designativa, sem promover, portanto, a categorização e/ou recategorização referencial. Não se pode negar, entretanto, que o nome próprio pode suscitar várias informações a respeito de determinado referente, caso este seja culturalmente conhecido, principalmente porque alguns nomes são carregados de história, exercendo, assim, relevância no processo de construção referencial. Por isso, reforça-se a importância do contexto para o emprego de nome próprio e seu papel na construção de referentes. No entanto, para a teoria da Referenciação, tais informações associadas a um nome próprio estão mais ligadas à inferência do interlocutor do que propriamente à expressão selecionada, o que pode parecer contraditório, uma vez que a Linguística Textual considera a questão da inferência em seus estudos.

Assim, diante de um nome próprio, só haveria a apresentação – seja na introdução ou na retomada – do referente por meio de um sintagma nominal e não a (re)categorização referencial. Logo, considera-se que as descrições definidas, por serem constituídas de nomes comuns, sejam atributivas e, conseqüentemente, argumentativas. Já os sintagmas nominais cujo núcleo é um nome próprio seriam argumentativamente “neutros”, principalmente em condição prototípica, ou seja, com nome próprio, antecedido ou não de determinante definido, em função designativa. Entretanto, é necessário mencionar que, em situações em que o nome próprio aparece acompanhado de modificador, não se pode pensar em neutralidade argumentativa, já que o modificador traria atributos relevantes discursivamente.

De acordo com Müller e Negrão (1989, p. 530-531), há uma aproximação formal e sintática entre descrições definidas e nomes próprios, entretanto, é preciso destacar que essas são categorias diferentes, visto que, enquanto o nome próprio é uma classe gramatical, a descrição definida é uma função referencial do sintagma nominal formado pelo nome comum.

Diante disso, pode-se concluir que o nome próprio, por não se incluir em nenhuma das estratégias de introdução e progressão referencial apresentadas pela teoria da Referenciação, e por se fazer presente no processo de construção de referentes, merece destaque nas pesquisas da área, principalmente porque, como se verá nas análises, é um recurso bastante frequente em textos de variados gêneros. Além disso, o nome próprio tem particularidades – não só formais ou semânticas, mas especialmente funcionais – que merecem mais discussão e aprofundamento.

Em muitos trabalhos realizados na Linguística Textual de linha sócio-cognitivo-interacionista, mesmo ao analisar textos em que aparecem empregos de nomes próprios, pouco se comenta sobre eles. Na maioria das vezes, quando se menciona, são comentários breves, como o presente Koch (2008):

O primeiro passo na construção de um texto é a introdução de um objeto-de-discurso na memória textual (em geral, por meio de um nome próprio ou forma nominal). [...]

Quando a introdução se faz por meio de um nome próprio, tem-se apenas a nomeação do objeto. Já no caso de se tratar de uma expressão nominal, opera-se uma primeira categorização do objeto-de-discurso, o qual, a cada retomada, pode ser mantido como tal ou, então, recategorizado por outras expressões nominais (KOCH, 2008, p. 101-102, grifo nosso).

Ilari (2005) também destaca, em uma de suas análises, que o emprego do nome próprio em função designativa não promove a categorização e a recategorização referencial. E Neves (2006), quando trata do processo referencial, no capítulo “Referenciar. Ou: A arte da rede referencial na linguagem”, mesmo selecionando exemplos que trazem nomes próprios na cadeia referencial, não aprofunda a discussão sobre eles, apenas destaca as demais estratégias referenciais. É o que tem ocorrido com mais frequência em variados estudos.

Neste trabalho, no entanto, busca-se um posicionamento bastante diferente do que se tem apresentado na área da Referenciação. Primeiramente, considera-se o nome próprio como recurso de introdução e retomada de referente, mas principalmente se busca demonstrar diferentes formas de funcionamento do nome próprio, defendendo a ideia de que ele é também recurso empregado para a categorização e recategorização de referentes.

Para a inclusão do nome próprio como recurso capaz de promover a (re)categorização referencial, é preciso que ele seja visto por uma perspectiva que congregue, mais do que estrutura, o seu funcionamento em relação à referenciação, não sendo “anulado” nas análises do processo de referenciação, já que todo recurso linguístico é selecionado pelo produtor do discurso com base em seu propósito comunicativo.

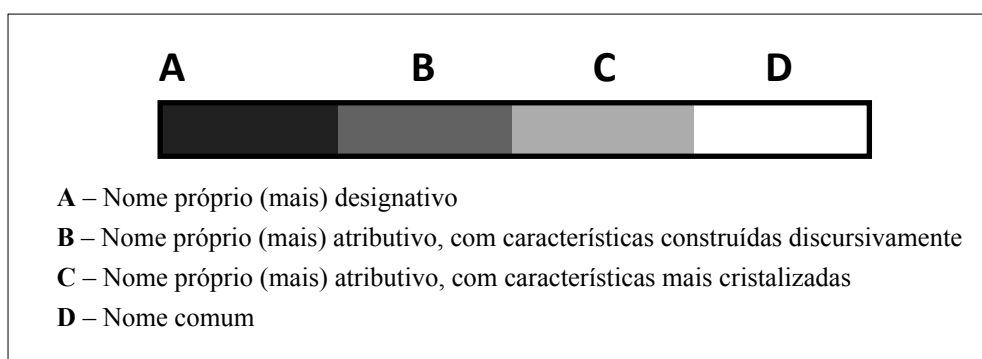
Se, nos estudos textual-discursivos, é informação quase óbvia que não há discurso neutro, o nome próprio utilizado discursivamente não pode ser considerado “neutro”, principalmente quando se parte do pressuposto de que há aspectos sociais, culturais e discursivos que se relacionam a um nome próprio – seja ele de figura pública conhecida socialmente, seja ele de uma figura “comum” – empregado no texto, pois cada um exerce, em seu contexto, relevância discursiva.

Almejando a essa nova visão sobre o nome próprio, em Bassetto (2015), buscaram-se diferentes estudos a esse respeito, passando-se primeiramente pelas gramáticas tradicionais até os

estudos realizados por Neves (2000), conforme mencionado anteriormente. Na sequência, foram revisitadas perspectivas apresentadas pela Filosofia da Linguagem que discutem a presença ou ausência de “sentido” do nome próprio – sem, no entanto, se prender a conceitos de “sentido”, “significação” ou “referência” dessas pesquisas – para, enfim, chegar aos estudos de Kleiber (1981; 1994), Jonasson (1994), de Gary-Prieur (1994; 2001; 2005), dentre outros, que apresentam uma forma diversificada de analisar o funcionamento do nome próprio, fazendo uma divisão em “tipos de interpretação” do nome próprio.

Mesmo não se valendo desses “tipos de interpretação” do nome próprio, foi a partir deles que se passou a pensar na possibilidade de divisão do funcionamento do nome próprio em quatro pontos de um *continuum*, sem tomá-lo categoricamente como um ou outro, já que, quando se pensa em funcionamento, não se pode se limitar a categorizações rígidas e estanques, em especial quando se parte de uma perspectiva textual-discursiva.

Quadro 1: O funcionamento de nomes próprios.



Fonte: (BASSETTO, 2015, p. 100).

Ressalta-se, no entanto, que, com esse *continuum*, não há uma tentativa de divisão categórica em apenas três modos de funcionamento do nome próprio (mais o nome comum – caso (d)). Isso porque se considera que, mesmo em um modo de funcionamento do nome próprio, há gradações que vão, no caso da função descrita em (a), do nome mais prototipicamente designativo àquele que, além de designar, traz algumas características já associadas discursivamente a ele; assim como, no caso da função em (b), há usos em que as características são mais construídas no momento da interação verbal e menos previsíveis culturalmente e aqueles em que os atributos são mais esperados, aproximando-se já da função descrita em (c). Pensando nisso, é que se deu a organização e a interpretação de ocorrências de nomes próprios.

3 O FUNCIONAMENTO DO NOME PRÓPRIO NA REFERENCIAÇÃO

Para demonstrar, de forma geral, os modos de funcionamento dos nomes próprios na referenciação, foram selecionados alguns fragmentos de textos variados para a sua análise.

No primeiro deles, apresentado abaixo, observa-se que o emprego dos nomes próprios, embora possa ser mais designativo (ponto (a) do *continuum*), mais do que nomear os referentes, recupera também a importância dessas figuras no contexto enunciativo, sendo, portanto, relevantes discursivamente na construção referencial. Para a introdução referencial, o autor do texto

opta pela expressão “um tal de CDA”, cujo núcleo é uma sigla⁴ (antecedida por “um tal de”), em referência posterior explícita a Carlos Drummond de Andrade.

O jornal tinha vários e brilhantes colunistas, responsáveis por seções fixas, como teatro, cinema, música, artes plásticas, focos, livros, rádio e TV, saúde, turismo etc. Eu revezaria com um tal de CDA, este no primeiro caderno, que, além de poeta maior, era cronista dos melhores de todos os tempos. Mais ou menos naquela época, fui convidado a fazer o mesmo na Folha, onde mais uma vez revezava com uma poeta, das maiores de nossa língua: Cecília Meireles. Éramos cronistas – com a óbvia distinção de qualidade. Nem que nascesse mil vezes chegaria ao nível de Drummond e Cecília. Quanto ao tamanho das crônicas, dos seis ou sete parágrafos que o leitor reclama, gosto de citar João Saldanha, que além de fazer “crônicas”, tinha uma “coluna” sobre esportes nos vários jornais e emissoras em que atuava. Saldanha dizia que um texto com mais de duas laudas era cascata, enchimento de linguiça. Ao citar CDA, Cecília e Saldanha não estou me comparando a eles. Faço mal e porcamente o que eles faziam com engenho e arte (CCM⁵) (grifo nosso).

A introdução do referente “CDA” (Carlos Drummond de Andrade) faz-se por meio da expressão indefinida “um tal de CDA”, que pode ser interpretada como uma inicial falta de conhecimento a respeito desse referente ao se empregar “um tal de”, ainda mais por vir acompanhada de uma sigla que pode não ser associada diretamente ao nome próprio que a compõe, ou uma ironia do autor em sugerir essa falta de conhecimento. Tal referente é retomado por um pronome – “este” – e caracterizado por uma predicação nominal em: “além de poeta maior, era cronista dos melhores de todos os tempos”. Após a atribuição dessas propriedades ao referente, é possível compreender com mais facilidade a sigla em questão, em especial quando o referente é retomado por um de seus sobrenomes, “Drummond”. Outro referente é introduzido no texto pela descrição indefinida “uma poeta”, sendo retomado pelos nomes próprios, “Cecília Meireles” e “Cecília”. Na sequência, introduz-se “João Saldanha”, retomado por duas vezes pelo sobrenome “Saldanha”.

Embora esses nomes – “CDA”, “Cecília Meireles” e “João Saldanha” – sejam empregados com função designativa, não se pode negar a força argumentativa que eles trazem ao texto, uma vez que eles dão destaque à posição do autor por ter trabalhado com pessoas consideradas ilustres, não só social e culturalmente, mas também discursivamente. Apesar de o autor ressaltar a diferença entre ele e os demais escritores, o fato de se trabalhar na mesma posição de “Drummond”, “Cecília” e “Saldanha” faz com que o cronista reforce a honra desse fato, afinal encontrava-se ao lado não de um escritor qualquer, mas daqueles consagrados na literatura brasileira – no caso de Drummond e Cecília – e no jornalismo, em especial no esportivo, – no caso de Saldanha. Com isso, observa-se que o emprego do nome próprio, nesse caso, é muito mais significativo do que descrições definidas ou indefinidas que pudessem ser usadas. Consequentemente, é possível pensar que nem sempre o uso de nomes próprios pode ser considerado como argumentativamente “neutro”, visto que eles podem promover mais argumentatividade ao discurso, de acordo com os atributos que lhes estão associados, direta ou indiretamente.

Ainda a respeito do fragmento acima, destaca-se também a repetição dos nomes próprios no decorrer do discurso, o que pode ser entendido como forma de evidenciar os referentes, prin-

⁴ Segundo Neves (2000), as siglas formadas pelas iniciais de nomes próprios também se comportam como nome próprio.

⁵ Crônicas, colunas e mosquitos. Carlos Heitor Cony – Folha de S. Paulo – 28 de março de 2008.

principalmente pela força argumentativa que os nomes próprios podem proporcionar ao texto. Portanto, mesmo a repetição do nome próprio pode ser um recurso proposital do locutor ao desejar colocar o referente em foco e, assim, ressaltar seu *status*, visto que é mais comum, social e culturalmente, repetir nomes que sejam discursivamente importantes para aquele contexto. Ou seja, não se pode considerar que o uso dos nomes próprios promova apenas a progressão referencial sem suscitar a relevância que eles assumem no contexto discursivo em questão.

Outro exemplo interessante sobre o uso de nomes próprios na referenciação é o próximo, que trata da eleição do novo papa e destaca a seleção de seu nome. Como se sabe, social e culturalmente, a escolha do nome do papa é feita pelo próprio papa eleito, sendo, portanto, a escolha significativa para o contexto religioso e, assim, esse nome pode ser usado tanto designativa quanto atributivamente (estando mais próximo do ponto **(b)** do *continuum*), como se observa em:

Ao homenagear Francisco de Assis na escolha do nome que o acompanhará ao longo do pontificado que se inicia, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, agora Papa Francisco, poderia se inspirar no poverello de Assis para promover algumas inovações na forma como a Igreja administra seu patrimônio e seu imenso rebanho. Respeitosamente, compartilharei aqui algumas sugestões sem a pretensão de que elas cheguem ao Vaticano – imerso em inúmeros problemas e desafios mais urgentes – mas a todos aqueles que compreendem a imensa responsabilidade que é tornar-se o primeiro Papa da história a chamar-se Francisco. [...] A simplicidade como guia, a pobreza como referência, a natureza como objeto de veneração e respeito. Que o Papa seja sempre Francisco (OQS⁶) (grifo nosso).

Nesse caso, reconhecem-se funções diferentes de um mesmo nome próprio. Primeiramente, nas expressões “Francisco de Assis” e “Papa Francisco”, o nome próprio “Francisco” exerce função designativa de dois referentes do texto que são associados, visto que a seleção do nome do papa se deu com base na figura religiosa do homem humilde, ressaltada, no texto, por meio da descrição definida “o poverello de Assis”, diminutivo afetivo por meio do qual São Francisco de Assis passou a ser também referenciado pelo seu voto de pobreza: “Il Poverello” (o Pobrezinho). No entanto, o primeiro emprego do nome próprio – “Francisco de Assis” – introduz um referente, enquanto o uso de “Papa Francisco” funciona como aposto da descrição definida “o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio”, que evidencia o cargo religioso exercido por essa figura em determinado período. Assim, o segundo uso de “Francisco” exerce a função sintática de aposto especificativo de “Papa” que, juntos, funcionam como aposto da expressão anterior. Com a utilização da descrição definida acompanhada do nome próprio (“o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio”), seguida de seu aposto (“agora Papa Francisco”), o autor enfatiza a mudança de posição entre Jorge Mario Bergoglio – cardeal *X* Francisco – Papa.

Na sequência, “Francisco” é utilizado como entidade linguística, como signo usado para fazer menção ao nome próprio em si e não para designar um indivíduo, ou seja, ao se empregar “Francisco”, faz-se metalinguisticamente uma referência ao nome próprio em si, embora ele faça parte de uma expressão recategorizadora do referente, a descrição definida “o primeiro Papa da história a chamar-se Francisco”.

Já o quarto emprego de “Francisco”, apesar de não perder de todo a função designativa – até mesmo porque há a associação de dois referentes “Francisco de Assis” e “Papa Francisco” – se

⁶ *O que se espera de um papa com esse nome*. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/mundo-sustentavel/2013/03/14/o-que-se-espera-de-um-papa-com-esse-nome/>. Acesso em: 20 nov. 2015.

dá em posição predicativa, consistindo em um atributo ao referente “o Papa”. Após retomar alguns atributos de Francisco de Assis, como a simplicidade, a pobreza e o respeito à natureza, há na frase “Que o Papa seja sempre Francisco”, a expressão de um desejo de que o novo papa mantenha em si as características que o motivaram na seleção de seu nome. Ou seja, “Francisco”, neste último caso, é empregado, mais do que designativamente, com função mais atributiva, com os atributos construídos no decorrer do texto e recuperados pelo nome próprio.

Já o fragmento a seguir busca demonstrar um caso de uso de nome próprio atributivo com características mais “cristalizadas” – estando, portanto, mais próximo ao ponto (c) do *continuum*. O fragmento faz parte de um teste de comportamento, assim como o apresentado anteriormente, no qual, após a realização de algumas atividades com o cão e a contagem de pontos, o interlocutor que realiza o teste teria acesso aos resultados para descobrir o QI de seu cachorro.

Resultados

* Menos de 20 pontos: mais anta do que cachorro.

** 21 a 34 pontos: na média.

*** 35 a 40 pontos: um verdadeiro Einstein na coleira (DQC⁷)
[grifo acrescido].

O cão que alcançasse a maior pontuação seria considerado com QI mais elevado e apresentado, no texto, a partir de uma expressão indefinida “um verdadeiro Einstein na coleira”. Com o emprego do nome próprio “Einstein” constituindo essa expressão, tem-se a atribuição ao referente “cachorro” da característica de grande inteligência, já que Einstein é o nome do famoso físico alemão de grande relevância para a Física moderna, principalmente por ter desenvolvido a teoria da relatividade. Diante da produção intelectual desse físico, o nome “Einstein” passou a ser sinônimo de “gênio” em muitas situações de uso, como a apresentada. Por isso, considera-se que, nesse caso, o nome “Einstein” em função atributiva está mais próximo do nome comum, pois seu atributo está mais estabilizado convencionalmente.

Ressalta-se que, quanto mais estabilizada a propriedade do nome próprio, maior a tendência a se tornar um epônimo, ou seja, ser considerado nome comum e, portanto, se encontrar no ponto (d) **nome comum** do *continuum*. Por isso, não se considera que o nome próprio atributivo exerça a mesma função de um nome comum. Ao contrário, buscou-se demonstrar como o nome próprio pode ser analisado de acordo com modos de funcionamento e pode ser não só designativo, como tanto tem sido indicado por diferentes áreas de pesquisa, mas também atributivo, passando a nome comum apenas nos casos de epônimos.

Além disso, assim como o modo de funcionamento do nome próprio indicado como ponto (b) do *continuum*; no ponto (c), o emprego de nome próprio também suscita a aproximação entre dois referentes, pois, mesmo que um deles não esteja explícito no discurso, podem ser ativadas, pelo conhecimento de mundo do interlocutor, informações acerca de determinada figura pública transformada em referente a partir do emprego do nome próprio. Já no caso do epônimo, apesar de haver essa relação – afinal é ela que faz com que o nome próprio dê origem a um nome comum –, muitas vezes ela está tão “desgastada” ou arraigada que não se pensa mais no portador do nome próprio, mas apenas na propriedade, como ocorre, por exemplo, com “patricinha”, “mauricinho”, “mecenas”, “conhaque”, “champagne”, entre outros.

⁷ Descubra o QI do seu cachorro. Disponível em: http://super.abril.com.br/mundo-animal/descubra-qi-seu-cachorro-615599.shtml?utm_source=redesabril_jovem&utm_medium=facebook&utm_campaign=redesabril_super& (Acesso em: 20 nov. 2015).

Com os três exemplos apresentados, buscou-se elucidar, de modo geral, os três modos de funcionamento do nome próprio, expostos em forma de *continuum*. Nessa perspectiva, considera-se que o nome próprio, embora tenha como característica marcante o seu papel designativo, também pode funcionar discursivamente como atributivo e, assim, colaborar para a construção de referentes no decorrer do texto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo, pretende-se suscitar algumas reflexões sobre a função do nome próprio na referenciação, em especial como recurso de (re)categorização referencial. Ampliando-se, portanto, a visão acerca do nome próprio, espera-se que este artigo possa contribuir com os estudos linguísticos, mas principalmente para os estudos de Referenciação, foco desta pesquisa, estimulando demais pesquisadores a repensarem o emprego de nomes próprios e seu funcionamento no curso do texto, como recurso de construção de referentes. Como não se tem conhecimento, até o momento, de pesquisas realizadas sobre o uso de nomes próprios na construção referencial, ficam assim encarecidos os propósitos deste trabalho.

Almeja-se, com esta perspectiva, que os futuros estudos realizados na área da referenciação possam olhar de maneira diferente para os empregos de nomes próprios no processo de construção referencial, de modo que o nome próprio possa ser introduzido entre as estratégias de referenciação, mas principalmente entre as estratégias de construção de referentes no discurso.

5 REFERÊNCIAS

- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. O sentido da pessoa. *Língua Portuguesa*, São Paulo, 1 fev. 2011.
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Construction de la référence et stratégies de designation. In: BERRENDONNER; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (eds.). *Du syntagma nominal aux objects-de-discours*. Neuchâtsh, Université de Neuchâtsh, p. 227-271, 1995.
- BASSETTO, Livia Maria Turra. O funcionamento de nomes próprios no processo de referenciação. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.
- _____. *O processo de construção referencial em crônicas de temas políticos escritas por Carlos Heitor Cony*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2008.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CONY, Carlos Heitor. Crônicas, colunas e mosquitos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 mar. 2008, Opinião, p. A2.
- GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. *Grammaire du nom propre*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- _____. L'individu pluriel: les noms propres et le nombre. In: *Sciences du Langage*. Paris: CNRS, 2001.
- _____. Où il est montré que le nom propre n'est (presque) jamais "modifié". *Langue Française*, Paris, n. 146, p. 53-66, mar. 2005.

ILARI, Rodolfo. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 103- 124.

JAGUARIBE, Vicência Maria Freitas. O jogo da recategorização no texto poético. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva. (Org.). *Gêneros textuais e referenciação*. Fortaleza: Prottexto – UFC, 2004. CD-ROM.

JONASSON, Kerstin. *Le nom propre: constructions et interprétations*. Lourain-la- Neuve: Duculot, 1994.

KLEIBER, Georges. *Nominales. Essais de sémantique référentielle*. Paris: Armand Colin, 1994.

_____. *Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres*. Paris: Klincksieck, 1981.

KOCH, Ingedore Villaça. Como se constroem e reconstroem objetos-de-discurso. *Revista Investigações*, v. 21, n. 2, p. 99- 114, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1446/1123,%202008>> Acesso em: 28 abr. 2014.

MARCUSCHI, Luis Antônio; KOCH, Ingedore Villaça. Referenciação. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Villaça (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 381-399.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MÜLLER, Ana; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. O uso do artigo definido antes do nome próprio em português: uma análise semântica. In: *Caderno de Estudos Linguísticos: anais do Seminário do IEL*. Unicamp, n. 19, 1989, p. 530-540.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

PLATÃO. *Crátilo*. Ou: Sobre a Justeza dos Nomes. Belém: EDUFPA, 2001.